



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社區服務諮詢委員會
Conselho Consultivo de Serviços Comunitários

Necessidade de optimização dos acessos sem barreiras nas zonas urbanas

Xu Zhiwei, Wong Fai Si

6/5/2021

Apesar dos esforços envidados, de forma activa, pelo Governo, ao longo dos últimos anos, no que diz respeito à optimização das condições de acesso sem barreiras em diferentes zonas da região, com o objectivo de contribuir para uma mobilidade mais facilitada e uma vida mais conveniente para aqueles com necessidades especiais, muitas instalações ainda carecem de uma reflexão mais humanizada acerca do seu *design*, o que, conseqüentemente, tem prejudicado os indivíduos com necessidades nesse aspecto. Segundo relatos de alguns residentes, recentemente recebidos, as condições de acesso sem barreiras existentes nas zonas de Fai Chi Kei e Ilha Verde apresentam lacunas que podem provocar riscos de segurança, uma situação confirmada através da minha vistoria aos locais mencionados. Tomando o caso do acesso sem barreiras próximo do Centro de Saúde na Avenida do Conselheiro Borja, o declive do passeio é bastante acentuado, o que, tendo em conta a quantidade elevada de pessoas que utilizam cadeira de rodas ou carrinho de bebé na zona, devido à existência de muitas escolas, habitações sociais e o próprio Centro de Saúde, constitui potenciais riscos para a sua segurança. Além disso, os acessos sem barreiras situados junto à zona de lazer contígua ao Edifício Wang Hoi e o Edifício Wang Kin são frequentemente obstruídos e ocupados por veículos ilegalmente estacionados, dificultando a circulação normal.

Dito isto, apresento as seguintes propostas:

1. Optimização rápida das condições de acesso sem barreiras existentes e recolha regular da opinião pública dos seus utentes por parte do Governo, a fim de proceder às devidas alterações e melhorias. Além disso, devem ser igualmente colocados avisos nos respectivos acessos sem barreiras, para que situações como a obstrução por veículos ilegalmente estacionados sejam prevenidas.

2. As características actuais dos acessos sem barreiras não abrangem indivíduos com deficiência auditiva e visual, pelo que o Governo deve realizar trabalhos de optimização nesse aspecto, através da integração de meios tecnológicos, a fim de prestar o apoio necessário aos utentes e elevar a sua qualidade de vida.